GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA BAÍA DE GUANABARA: UM BREVE PERFIL DOS REPRESENTANTES MUNICIPAIS

PUGGIAN, Cleonice
Professora Adjunta/Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FEBF)
cleo.puggian@gmail.com

GOMES, Ana Cláudia
Pedagoga (UNIGRANRIO)
Bolsista de Treinamento e Capacitação Técnica (FAPERJ)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP)
claudiagomeslive@gmail.com

COSTA, Eduardo Dias de Sá
Graduando em Geografia
Bolsista de Iniciação Científica (CNPq)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FEBF)
edudiascosta@outlook.com.br

Introdução

Neste artigo apresentaremos um breve perfil dos gestores responsáveis pela água e saneamento nos municípios que compõem a Região Hidrográfica da Baía de Guanabara. O perfil foi construído a partir da pesquisa "Baixada das Águas", desenvolvida com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (JCNE/FAPERJ), de 2016 a 2019. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, com múltiplos estudos de caso. Conduzimos entrevistas semiestruturadas em quinze municípios, tendo como participantes gestores indicados pelo Comitê de Bacia e pelas próprias prefeituras. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas por meio de um processo de categorização.

Dentre os resultados, destacamos neste artigo o perfil destes gestores municipais, que desempenham um papel fundamental na implementação de políticas públicas voltadas à universalização do direito à água e ao saneamento na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Segundo o Artigo 9º, da Lei n. 14.026, de 15 de julho de 2020, a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico pertence aos municípios. Cabe a eles estabelecer como serviços essenciais serão oferecidos à população, o que inclui

abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, coleta residencial de lixo urbano e drenagem. Neste contexto, espera-se que os gestores municipais, que representam seus municípios no Comitê de Bacia, ocupem uma posição estratégica, atuando na formulação e na condução da política pública. Devem também fiscalizar as concessões e promover a articulação com a população para que haja o controle social dos serviços prestados. Devem ainda promover ações intersetoriais, como programas de educação ambiental (PUGGIAN; GOMES; COSTA, 2019).

Durante a pesquisa "Baixada das Águas" compusemos um breve perfil destes profissionais, explorando sua formação acadêmica e experiência na gestão pública. Neste artigo apresentaremos o referencial teórico do estudo e os principais resultados obtidos. Encerraremos com algumas considerações finais.

1. Fundamentação teórica

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 624 mil moradias não têm acesso à água tratada, e 1,61 milhão de moradias carecem de rede de esgoto. Estima-se que a universalização do saneamento na região exigiria investimentos de R$ 27,7 bilhões. Segundo a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe) "diariamente são despejadas cerca de 90 toneladas de resíduos no espelho d'água da baía". (ALENCAR, 2016, p.47). O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2018, p. 231) enfatiza que ainda falta confiabilidade e garantia de segurança hídrica para a população.

> o grande problema a ser enfrentado na Região Metropolitana se relaciona com a fragilidade da segurança hídrica. Tal fragilidade pode ser explicada pela falta de reservação de água bruta e pela forte dependência das águas do Paraíba do Sul. Os atuais sistemas de abastecimento não são capazes de atender a demandas futuras, configurando uma necessidade de busca por novas fontes de captação e, também, dentro das restrições existentes, de ampliação dos sistemas atuais. (CAMARA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, 2018, p. 231).

O Plano também destaca o risco da dependência de uma única fonte no lado Oeste da baía de Guanabara, como ocorreu em janeiro de 2020, quando as águas tratadas pela

Estação de Tratamento de Água (ETA) do Guandu foram supostamente contaminadas por uma alga conhecida como geosmina, que não é tóxica, mas provocou um forte odor e gosto de terra. Segundo especialistas a proliferação da geosmina e outros microorganismos está ligada à alteração na temperatura da água e a altas taxas de material orgânico, em especial esgoto doméstico e industrial, que chega sem tratamento à lagoa de captação da ETA Guandu. O enfrentamento destas questões pressupõe a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRH), como estabelece a Lei n. 9.433/97.

Campos e Fracalanza (2010, p. 377) destacam que os municípios, por sua proximidade com as questões locais, assumem um importante papel neste tipo de gestão, pois possuem uma conexão mais próxima com as demandas do território. Por outro lado, os autores alertam que neste nível eventualmente ocorrem deformações na agenda pública, em virtude de relações mais discricionárias por parte dos representantes de cada localidade. Estas variações na gestão pública da água e do saneamento básico podem ser visibilizadas por meio do perfil dos gestores, sua formação e experiência profissional.

Segundo Campos e Fracalanza (2010, p. 377), para que uma política pública tenha êxito, "além da capacidade financeira, instrumental e operacional do estado, é necessário construir espaços nos quais tal política seja negociada de modo efetivo e mobilizar os grupos para que apóiem a mesma". Neste sentido, os municípios desempenham um papel estratégico na gestão das águas, pois são um dos principais parceiros no modelo brasileiro, reconhecido pela sua descentralização e articulação. Por outro lado, este modelo "ainda enfrenta desafios como o reconhecimento de suas particularidades e o direcionamento mais efetivo de suas políticas para regiões que ainda estão à margem de uma gestão hídrica mais integrada" (SILVA; HERREROS; BORGES, 2017, p. 106).

Considerando estas questões, pautamos a pesquisa no princípio de que a água e o saneamento são um bem e um direito de todos, como estabelece a Resolução A/RES/64/292, de 28 de julho de 2010, da ONU. Também buscamos aporte na ecologia política dos recursos hídricos, segundo a qual devemos:

> situar as questões da água como resultado de desigualdades historicamente estabelecidas quanto ao acesso a recursos e à distribuição de impactos ambientais. Para se chegar a um estudo consequente dos problemas de gestão de recursos hídricos, deve-se identificar responsabilidades coletivas, mas profundamente diferenciadas, entre todos os grupos sociais que interagem em um dado

território. (IORIS, 2009, p. 24)

Castro (2002) também argumenta que uma das grandes tarefas referentes ao direito à água é superar obstáculos epistemológicos que insistem em ignoram as assimetrias de poder, em especial as dimensões socioeconômicas e políticas da gestão da água.

2. Resultados

Os resultados que apresentaremos a seguir foram obtidos a partir dos dados da pesquisa Baixada das Águas, conduzida de 2016 a 2019. Durante o trabalho de campo entrevistamos gestores responsáveis pela água e saneamento de 15 municípios da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara. Iniciamos a coleta de dados com o Comitê de Bacia (CBH-BG) e seus respectivos subcomitês, que nos repassaram o contato dos gestores que representavam seus municípios e também respondiam por questões ligadas à água e saneamento. Entretanto, vários gestores da RHBG faltavam as reuniões dos Comitês e alguns municípios sequer tinham clareza sobre quem era o representante designado para participar das reuniões. Em algumas ocasiões entramos em contato diretamente com as Secretarias de Meio Ambiente, Urbanismo, Serviços Públicos e Governo, buscando identificar o responsável pela gestão da água. Houve casos em que nem as próprias secretarias sabiam indicar quem era o gestor responsável pelas questões relativas à água e saneamento. Esse processo causou uma certa morosidade na pesquisa, pois tivemos que aguardar mais de um mês para o agendamento da entrevista e a pessoa designada nem sempre possuía os conhecimentos necessários para responder as perguntas.

As entrevistas foram conduzidas com base em um roteiro organizado em quatro eixos: 1) identificação do gestor (formação e experiência profissional), 2) dados sobre o abastecimento de água e saneamento no município, 3) informações sobre conflitos por água, e 4) dados sobre iniciativas educacionais desenvolvidas em espaços escolares e não escolares. Neste artigo iremos examinar os resultados obtidos a partir do primeiro eixo, dedicado ao perfil dos gestores, como podemos observar na Tabela 1.

Tabela 1 – Perfil dos gestores que participaram da pesquisa.

	Município	Idade	Mora no município?	Formação	Especialização	Cargo
1	Belford Roxo	41	Não	Graduação em Petróleo e Gás 2007 Estácio	Pós Petróleo e gás / Estácio MBA QSMS (qualidade segurança do trabalho meio ambiente e saúde ocupacional)	Secretário executivo na função ambiental
2	Cachoeiras de Macacu	50	Sim	Administrador de empresas (FGV)	MBA Marketing	Diretor (Autarquia)
3	Duque de Caxias	76	Sim	Engenheiro Eletricista e civil (UERJ)	-	Diretor/Presidente CASDUC
4	Guapimirim	28	Sim	Engenheiro Ambiental e Sanitarista	Mestrado (Poluição, Território e Estatísticas Públicas) (ENCEIBGE)	Engenheiro Ambiental
5	Itaboraí	38	Sim	Engenheiro agrônomo	-	Técnico
6	Magé	55	Não	Tecnóloga em Gestão Ambiental (UNIGRANRIO)	Pós Ciências Ambientais (Não concluiu) Pós Engenharia Ambiental (não entregou TCC)	Diretora de Meio Ambiente
7	Mesquita	54	Não	Biólogo (UERJ)1998	Cursando Pós em Gestão Ambiental	Biólogo Ambiental
8	Nilópolis	34	Sim	Biólogo (UNIG)	Mestrado em Biodiversidade e Saúde (FIOCRUZ) / Doutorado UFRJ Ecologia dos Rios	Assessor
9	Niterói	36	Sim	Bacharel em Direito 2005 Estácio	Pós Direito do consumidor e direitos difusos com ênfase em meio ambiente	Gestor Ambiental
10	Nova Iguaçu	33	Não	Técnico eletricista	-	Gestor das Estações de Tratamento
11	Rio Bonito	64	Sim	Técnico em administração de empresas	-	Assistente Administrativo
12	Rio de Janeiro	34	Sim	Engenheiro Químico (UFRJ2009)	Gestão ambiental (2014UFRJ)	Engenheiro Químico
13	São Gonçalo	46	Não	Direito (1998) UNIVERSO	Pós em Processo civil/ Direito civil/ Direito Tributário/ Direito constitucional - Candido Mendes	Subsecretário
14	São João de Meriti	71	Sim	Pedagogo	-	Subsecretário de Governo
15	Tanguá	47	Não	Engenheiro Civil	Pós em Engenharia sanitária e ambiental (COP UFRJ)	Diretor de saneamento ambiental (desde2007)

Fonte: acervo da pesquisa.

Como visto na Tabela 1, os gestores entrevistados são formados nas áreas de Pedagogia, Administração de Empresas, Gestão Ambiental, Engenharia Ambiental e

Sanitária, Direito, Engenharia Civil, Engenharia Química, Engenharia de Petróleo e Gás e Biologia. Apenas três gestores não possuem formação superior. Sobre a idade média, podemos dizer que somente um gestor tem menos de 30 anos, sendo a maior idade encontrada 76 anos. A respeito da residência dos gestores, 70% deles mora no mesmo município que trabalha. Sobre o gênero, constatamos que em sua maioria os gestores são homens. Apenas uma mulher foi entrevistada, embora outras duas tivessem esta atribuição, mas preferiram indicar outros para realizar a entrevista. Constatamos também que grande parte dos gestores mora perto de onde trabalha. Apenas o Gestor de Mesquita relatou ser muito difícil o trajeto para o trabalho pela distância que precisa percorrer de moto. Conforme os dados coletados, dez gestores possuem especialização, mas essa formação não foi oferecida pelos governos e sim obtida por iniciativa própria dos entrevistados.

Conclusões

O perfil dos gestores municipais indica a existência de desafios à Gestão Integrada dos Recursos Hídricos na Região Hidrográfica da Baía de Guanabara. A pesquisa revelou que poucos gestores possuem formação específica, o que dificulta o planejamento e implementação de políticas públicas nos próprios municípios e também em órgãos colegiados, como o Comitê de Bacia. Seria importante, neste sentido, ampliar os cursos de formação em serviço, de forma a potencializar a formação técnica e política destes gestores.

Notamos também que há uma enorme diversidade de cargos atualmente ocupados por gestores da água e saneamento, o que nos leva a concluir que há uma heregoneidade na implementação da política pública em municípios que pertencem a uma mesma bacia hidrográfica. Encontramos municípios em que os profissionais acumulavam atribuições e vários em que a gestão da água e saneamento era uma atividade delegada para a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE). Concluímos, portanto, que ainda persiste uma ampla diversidade de interesses e assimetrias regionais na gestão de recursos hídricos, que devem ser considerados na formulação dos planos e políticas para a Região Hidrográfica da Baía de Guanabara.

Referências

ALENCAR, Emanuel. **Baía de Guanabara**: descaso e resistência. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll; Mórula, 2016. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/bitstream/123456789/285/1/baiaguanabara_web_20jul.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

CAMARA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO. **Modelar a Metrópole: Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Produto 18, Tomo 1. Rio de Janeiro: Quanta Consultoria, 2018. Disponóvel em: <https://www.modelarametropole.com.br/wp-content/uploads/2018/09/Produto-18-Tomo-1.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019.

CASTRO, José Esteban. La construcción de nuevas incertidumbres, tecnociencia y la política de la desigualdad: el caso de la gestión de los recursos hídricos. **CTS+ I: Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología, Sociedad e Innovación**, n. 2, p. 4, 2002.

CAMPOS, Valéria Nagy de Oliveira; FRACALANZA, Ana Paula. Governança das águas no Brasil: conflitos pela apropriação da água e a busca da integração como consenso. **Ambiente & sociedade**, n. 13, v. 2, p. 365-382, 2010.

IORIS, Antônio. Desenvolvimento nacional e gestão de recursos hídricos no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 85, p. 23-4, 2009.

PUGGIAN, Cleonice; GOMES, Ana Claudia; COSTA, Eduardo Dias de Sá. Água e educação na região hidrográfica da baía de guanabara: a percepção dos gestores. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 8., 2019, Maceió. **Anais** [...]. Maceió: Aninter, 2019.

SILVA, Mayane Bento; HERREROS, Mário Miguel Amin Garcia; BORGES, Fabricio Quadros. Gestão integrada dos recursos hídricos como política de gerenciamento das águas no Brasil. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 10, n.1, p. 101-115, 2017.